

Porto Alegre, 09 de janeiro de 2012.

### **NOTA DE ESCLARECIMENTO**

Como forma de contrapor as acusações realizadas pelo candidato ao próximo pleito na FGJ, Sr Cid Rodrigues, em recente entrevista, viemos a público esclarecer o que segue:

É lícito e consta no estatuto da entidade a compra e venda de material, exceto imóveis, e que cabe ao presidente esta decisão, sem necessidade de consulta a Assembléia Geral, conforme determina o art. 39, VIII, do Estatuto da FGJ.

Quanto aos tatames “recoma” usados e em boas condições, foram adquiridos pela FGJ em 2008 no primeiro ano de gestão, com um custo 5 vezes menor que o de cada peça nova e, estão em plenas condições de uso, tanto que o foram utilizados no ultimo evento de 2011, o Campeonato Estadual, assim como em muitos outros eventos ao longo dos últimos 4 anos.

Sobre a compra de 32 tatames marca “Recoma” amarelos em parceria com a SOGIPA, foi o clube que procurou a FGJ oferecendo a compra dos tatames, que foram pagos pela SOGIPA, e que teve o valor de 16 tatames parcelados e abatidos em taxas e inscrições em campeonatos ao longo do ano, tatames estes que estão em nome da FGJ e cedidos momentaneamente a SOGIPA que é a fiel depositaria dos mesmos, o que é uma pequena contrapartida da FGJ ao clube que mais investe na modalidade no RS, e que cedeu sem ônus algum seus tatames olímpicos inúmeras vezes ao longo de 3 anos para os eventos da FGJ, assim como outros clubes como o GN União, a quem esta diretoria é muito grata. O empréstimo de material da FGJ para o desenvolvimento do judô em nosso estado é freqüente, e várias entidades já se utilizaram de placares, tatames e outros materiais esportivos por períodos, mediante solicitação e aprovação da FGJ, e, diga-se de passagem que nenhum material foi estragado ou depreciado durante os empréstimos, uma vez que este é o fim para o qual estes materiais se destinam.

Sobre o Programa de Apoio as Federações (PAF), que é uma fantástica iniciativa da CBJ para apoiar os estados, os critérios de distribuição das passagens foi divulgado no boletim 362011, disponível no site da FGJ e enviado a todos os professores do estado por e-mail. Sobre o Grand Slam do RJ, o PAF contemplou por determinação da própria CBJ, 5 atletas, 2 dirigentes e 1 técnico, tendo a FGJ arcado com as despesas de outros 2 professores para o evento, conforme documentos existentes na FGJ e disponíveis para consulta. É justo que se diga, que a notificação da FGJ sobre o PAF para este evento foi posterior a divulgação da idéia de levar professores subsidiados pela FGJ para este evento, e para a Copa do Mundo de SP, onde mais 3 professores foram com todas as despesas subsidiadas pela FGJ.

No que tange ao processo do TJD referido na entrevista, cumpre informar que o mesmo não prosperou, ou seja, o Egrégio Tribunal não acolheu o pedido do candidato Cid.

Em relação a afirmações sobre dívidas, cabe esclarecer que a FGJ possui somente débitos decorrentes de fatos e processo originados nas gestões anteriores. Não existe qualquer dívida pendente por parte da atual administração, estando às contas da entidade em dia nesse sentido.

Quanto ao endividamento da FGJ, os valores aproximados atualizados dos débitos federais e estaduais são de R\$ 3.730.000,00, sendo que aproximadamente R\$ 2.850.000,00 são com o Estado e R\$ 880.000,00 com a União. O débito estadual pode ser consultado pelo site da Secretaria da Fazenda Estadual, estando ao acesso de todos que desejam saber a verdade (iniciativa esta que deveria ser uma obrigação por parte de uma pessoa que deseja se preparar para assumir a entidade).

Com exceção de um débito no valor atualizado aproximado de R\$ 300.000,00, que foi originado por uma prestação de contas de verba pública não realizada pela gestão anterior (que gerou um processo de execução movido pelo Estado, os demais são decorrentes das empresas administradoras de jogos (Bingos). Nesse sentido, importante salientar que os Bingos somente utilizaram o nome da FGJ porque o ex-Presidente aceitou e não fiscalizou o recolhimento dos tributos por parte das empresas. Assim, essas dívidas acrescidas de multas e correção monetária, somam o valor acima referido, que inviabilizam o saneamento da entidade.

Em relação ao processo trabalhista movido por uma ex-funcionária e dirigente da Federação de Judô do Estado do Rio Grande do Sul, que possui relação de parentesco com o ex-Presidente da FGJ, que criou essa outra entidade, o mesmo somente foi originado por que os antigos administradores não formalizaram a contratação desta pessoa e, conseqüentemente, não fizeram seu registro, problema este que resultou na condenação da FGJ em segunda instância, mas que ainda está pendente do julgamento de um procedimento interposto pela FGJ (na primeira instância os advogados da FGJ obtiveram uma importante vitória). Felizmente o candidato Cid, na entrevista, considerou como um dos pontos positivos de nossa administração o registro dos funcionários, reconhecendo que na antiga administração isso não acontecia.

Quanto à saída da pessoa acima referida, a mesma deixou de comparecer na entidade a partir da nossa posse, e, alguns meses depois, ingressou com a reclamatória trabalhista.

Importante esclarecer, ainda, que nenhuma funcionária foi demitida por um simples motivo: a FGJ não possuía registro de funcionárias quando assumimos! O próprio ex-Presidente, na Assembléia Geral Ordinária realizada em 10.01.2008, admitiu que a FGJ não possuía funcionários, conforme registro feito na ata que subscreveu. Assim, como demitir uma pessoa que não era funcionária? Nessa esteira, não podemos deixar de mencionar, ainda, que a entidade também não

possuía: dinheiro em caixa (apesar da campanha de antecipação da anuidade), registros contábeis e fiscais, documentações, sistema e uma administração organizada!

Os problemas eram tantos que ingressamos com um processo de notificação judicial contra o ex-Presidente arrolando todas as irregularidades que encontramos quando assumimos, porém, mesmo intimado, não se manifestou.

Quanto aos dados contábeis e fiscais da entidade, ou seja, valores arrecadados e despesas, ao contrário do que acontecia anteriormente, podem ser facilmente acessados, pois o Demonstrativo de Resultado e o Balanço de cada exercício estão registrados juntamente com as atas da Assembléias Gerais no respectivo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre.

Cabe ressaltar que todas as prestações de contas da atual administração foram aprovadas por unanimidade pelas Assembléias Gerais Ordinárias realizadas depois do término de cada exercício, não existindo espaço para qualquer alegação que coloque em dúvida a idoneidade dos mandatários.

No que tange as entidades que estarão aptas a votarem na próxima Assembléia Geral, fundamental esclarecer alguns aspectos para que as equivocadas interpretações do candidato Cid sobre as normas do Estatuto não contaminem os demais associados:

a) Quando assumimos a entidade verificamos que não existia previsão para que as entidades se associassem nas modalidades escolar e comunitária. Diante dessa constatação, sugerimos a criação de três modalidades associativas (efetivo, escolar e comunitário), alteração essa aprovada por unanimidade pelos associados presentes a Assembléia. Além disso, aproveitamos o momento, que versava sobre mudanças no Estatuto e sugerimos a inclusão no art. 63 da necessidade das entidades regularizarem seus registros, uma vez não existia um sistema e um arquivo na FGJ que armazenassem as informações sobre seus filiados.

O prazo foi sugerido e aprovado porque se tratava de um período de transição (90 dias), onde nenhuma entidade seria considerada irregular. Após este prazo, as entidades que não cumpriram o art. 63 do Estatuto, tornaram-se irregulares e aquelas que não estiverem em dia com os seus registros junto à FGJ não poderão votar.

b) Quanto ao recesso, caso algum associado desejasse pleitear algo ou questionar a sua não inclusão na lista divulgada no dia 23.12.2011, poderia fazer de três formas: c1) entrando em contato pelo e-mail criado especialmente para essa situação, divulgado no próprio Boletim Oficial em que foram listadas as entidades; c2) entrando em contato diretamente com o Presidente da FGJ, por meio de telefone ou e-mail; c3) entrando em contato com a FGJ a partir de 09.01.2012, quando a entidade reabrirá.

Importante esclarecer que as entidades que estiverem em desacordo com os arts. 32, §8º e 63, do Estatuto, não participarão do pleito, estando a FGJ, ao

contrário do alegado pelo candidato Cid, cumprindo o seu Estatuto Social. Por outro lado aquelas que se regularizarem participarão da eleição, pois se trata de um direito que não poderá ser cassado de forma infundada.

No que tange ao fato do voto ser aberto, trata-se de uma disposição introduzida no Estatuto por uma Assembléia Geral, poder máximo da entidade, na gestão anterior, sendo impossível o seu descumprimento.

*“Art. 18 – As eleições para o preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidentes e dos membros do Conselho Fiscal serão realizadas a cada quatro anos durante a realização da Assembléia Geral Ordinária.*

*§ 1º - A votação será aberta, podendo votar as Filiadas em pleno gozo de seus direitos estatutários.”*

O cargo de Presidente da FGJ é um cargo não remunerado, e qualquer um que venha a ocupar este cargo, e tiver uma fonte de renda conhecida, não poderá estar todos os dias e horários presente na sede, pois terá de trabalhar, a menos que seja aposentado.

Como Presidente me desloco pelo menos uma vez por semana, com raras exceções a Porto Alegre, e estou via MSN e telefone sempre em contato com os funcionários resolvendo a todas as atividades relativas a decisões e tarefas do dia-a-dia. Vale ressaltar que mesmo não estando presente diariamente na FGJ a mesma andou muito bem nestes 4 anos. Muita das respostas que não foram dadas de imediato é porque não competiam a mim como presidente, e sim a um dos diretores, o que às vezes poderia ter retardado alguma decisão ou resposta, demonstrando que não existiu a citada centralização de decisões nesta administração.

Como em qualquer outra instituição ou organização, é comum que pessoas sejam contratadas e despedidas, seja porque não correspondam às expectativas daqueles que os contrataram ou convidaram a ocupar um cargo, ou por outros motivos de ordem técnica, e não porque não concordaram com seus superiores, senão teriam pedido para sair, e não teriam sido convidados a deixarem seus cargos.

Sobre a incapacidade de essa administração encontrar uma saída para receber recursos e repasses de verba pública, é porque não existe uma forma jurídica honesta para isso, a não ser a criação de uma ONG ou entidade de fachada que me parece é a sugestão do candidato, o que nunca nos pareceu uma forma lícita de receber recursos. Por outro lado, sim esta administração tem trabalhado em conjunto com a Associação das Federações Esportivas do RS (AFERS) e a recém criada Secretaria de Esportes do Estado do RS na busca de uma saída viável e lícita para o CNPJ da entidade.

A atual gestão aceita críticas, sim, desde que construtivas, e apresentadas com o mínimo de civilidade, e impomos sim nossas idéias, pois fomos eleitos pelo colegiado que forma esta entidade para colocarmos as nossas idéias em prática, e faz parte do sistema político que o lado vencedor tenha esta oportunidade. A postura

citada pelo candidato em defender os ideais do grupo, se refere aos técnicos e clubes que fizeram parte do grupo que apoiava a antiga administração, e que se ressentem da falta das benesses e tratamentos diferenciados produzidas por aquela direção sem nenhum tipo de controle fiscal ou administrativo.


Carece de fundamento e razoabilidade as alegações do candidato Cid, que na tentativa de criar elementos para prejudicar a atual administração, cria de forma equivocada situações que não refletem a realidade, induzindo em erro aquelas pessoas que acreditam nas suas acusações.

A nossa gestão sempre agiu de forma democrática e transparente. Recordamos de uma Assembléia Geral que o Grêmio Náutico Gaúcho outorgou procuração para que outro representante participasse do encontro e não o candidato Cid, mas em respeito a sua presença, foi permitida pela Assembléia que participasse e usasse a palavra. Também, sempre respondemos os questionamentos formalmente encaminhamos para FGJ por parte do candidato Cid, em mais um exemplo de respeito e democracia, atitude essa que infelizmente não é recíproca.

O crescimento da FGJ nestes últimos quatro anos é notório. Estamos vivendo um momento importante na FGJ, onde uma decisão equivocada poderá representar o retrocesso de tudo que foi feito nos últimos quatro anos.

Logo, é fundamental que os associados que tiverem qualquer dúvida procurem a FGJ ou seus representantes, pois estamos à disposição para responder a todos os questionamentos e realizar uma eleição justa, democrática e transparente!

Atenciosamente,



Carlos Eurico da Luz Pereira  
Presidente

*“Federação Gaúcha de Judô: formando campeões no tatame e na vida”*